
As Relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação

JOSÉ MARIA JARDIM
MARIA ODILA FONSECA

Universidade Federal Fluminense, Brasil

[...] construímos as nossas obras de conhecimento como casas com seu telhado, como se o conhecimento não fosse a céu aberto.

E. MORIN

UM dos aspectos mais frequentes nas tentativas de definição do conceito de Ciência da Informação reside na interdisciplinaridade que esta ciência emergente desenvolveria com outras áreas do conhecimento. Em diversos discursos a respeito, a Ciência da Informação teria seus contornos definidos muito mais em função das suas fronteiras com outras disciplinas do que a partir das características de sua própria disciplinaridade. Tal perspectiva convida a várias possibilidades de análise desta questão.

Nestas reflexões tentamos mapear alguns tópicos que possam contribuir para a análise das interações da

Ciência da Informação com a Arquivística. Ainda que considerada em suas distintas propriedades e particularidades, a informação registrada é contemplada por ambas as disciplinas. No entanto, não se observam, na bibliografia internacional, evidências de um relacionamento sistemático entre a Ciência da Informação e a Arquivística.

O problema relativo à aparente e mútua exclusão entre a Ciência da Informação e a Arquivística é abordado neste estudo através da literatura sobre a constituição, desenvolvimento e tendências atuais dessas duas áreas do conhecimento. Sem a pretensão de uma revisão de litera-

tura, buscou-se identificar algumas questões, visando contribuir para o debate a este respeito. Trata-se de um esforço inadiável, considerando-se as demandas colocadas pela sociedade atual para os diversos profissionais da informação.

A fragmentação do saber e a interdisciplinaridade

Ao longo da História a idéia de unidade do saber vem à tona em diversos momentos: o mito para o homem pré-histórico, o cosmos no mundo grego e o Deus Criador, protetor do Cosmos na Idade Média. Na Idade Moderna o homem toma consciência de si num Universo muito mais amplo, cujo centro não é mais a Terra, muito menos o Ocidente. Apesar da ruptura com os ideais de unidade até então vigentes, o cientista e o filósofo modernos ainda buscam o universalismo do saber, expresso, por exemplo, pelas sociedades dos sábios e o enciclopedismo. O século XIX, porém, veio colocar um fim nas expectativas de unidade: a partir daí verifica-se uma especialização crescente do conhecimento, resultante do positivismo compartimentador das disciplinas e delimitador dos problemas enquanto científicos e não científicos.

Ao abordar o conhecimento do conhecimento, Morin (1987) destaca que, embora pareça una e evidente, a noção contemporânea de conheci-

mento é caracterizada pela diversidade e multiplicidade. Este «fenômeno multidimensional» reflete-se no que Gusdorf (Japiassú, 1976) chama «a patologia do saber», que compromete, não apenas as possibilidades de um conhecimento do conhecimento, «mas também as possibilidades de um conhecimento sobre nós mesmos e sobre o mundo». Este quadro reflete uma espécie de novo obscurantismo na ordem do conhecimento, além de uma crise nos seus próprios fundamentos. Na razão direta da fragmentação do saber «em que cada qual, especialista ou não-especialista, se torna cada vez mais ignorante do saber existente [...] o edifício do saber contemporâneo eleva-se como uma Torre de Babel que nos domina mais do que nós a dominamos.» Segundo Japiassú (1976), o projeto da interdisciplinaridade é a manifestação de uma carência do caráter sintético e global do conhecimento humano, requisitos as suas possibilidades de análise e especialização. A necessidade interdisciplinar apresenta-se, assim, como um protesto tríplice contra o saber fragmentado; contra a dissociação cada vez maior entre uma universidade crescentemente compartimentada e a sociedade e contra o conformismo das idéias impostas.

A reflexão sobre o projeto interdisciplinar pressupõe a identificação de alguns conceitos como os de disciplina, interdisciplinaridade e interdisciplina.

Conforme Japiassú (1976) uma disciplina tem como características: a exploração científica especializada, um campo de estudo homogêneo, um conhecimento transmissível a partir de sua organização interna, especificidades relativas aos seus planos de ensino, formação, procedimentos, métodos e áreas de estudo.

Heckhausen (1972) sugere-nos que uma disciplina científica deve ser caracterizada pelo seu domínio material, domínio de estudo, nível de integração teórica, métodos, instrumentos de análise, grau de aplicabilidade das disciplinas e as contingências históricas da sua produção e desenvolvimento.

Uma disciplina, segundo Newel (1983), apresenta duas dimensões: a cognitiva e a social-motivacional. Do ponto de vista de sua dimensão cognitiva, uma disciplina parece ser uma interpretação partilhada por uma população de cientistas. Esta dimensão expressa-se no desenvolvimento de uma produção científica que é parte de uma cultura dominante pelo reconhecimento de uma especificidade e um valor simbólico.

Em termos institucionais (necessidades e motivações sociais) os cientistas constroem também suas identidades. As disciplinas são alimentadas pela organização das universidades ao longo da estruturação e de linhas disciplinares nos departamentos, apoiados por associações profissionais. O processo

educacional na graduação reforçaria tal tendência, colaborando, através de suas bases institucionais, para a perpetuação da estrutura disciplinar existente.

As relações entre duas ou mais disciplinas científicas podem ser expressas de acordo com os diferentes níveis ou graus de interação (multi,pluri,inter e trans disciplinar).

Segundo Japiassú (1976), as modalidades possíveis de colaboração interdisciplinar expressam-se mediante relações de:

- contiguidade — disciplinas que constituem conjuntos distintos e apenas tangenciam umas as outras;
- fronteira — disciplinas em que há uma pequena zona de interseção, que corresponde a uma fronteira comum;
- amplos recobrimentos — disciplinas que possuem grandes zonas de interseção, ao ponto de cada uma correr o risco de perder sua identidade;
- dependência — disciplinas cujos fenômenos determinam os que se produzem no interior de outras;
- interdependência — disciplinas cujos fenômenos causam os que se produzem no âmbito de outras;
- transespecificidade — disciplinas cujos conceitos têm funções semelhantes no interior de outras disciplinas;

- transcausalidade — disciplinas cujos fenômenos dependem de uma causa comum externa às mesmas.

Conforme Newell (1983), uma interdisciplina tem dois papéis. Considerando-se que qualquer decomposição da ciência em disciplinas é necessariamente imperfeita, as interdisciplinas representam um território no qual grupos de cientistas com interesses comuns começam a cooperar mutuamente. Como tal, as interdisciplinas podem ser estruturas institucionais e estáveis da ciência. Por outro lado, a divisão em disciplinas muda ao longo da História, emergindo a partir de ciências consideradas maduras. Assim, interdisciplinas seriam formas iniciais da existência de disciplinas, um estágio intermediário onde parte de uma disciplina move-se em direção a outra. Poderia ser um patamar temporário enquanto algumas idéias importantes são transmitidas para um conjunto de áreas, sendo desintegrado quando tal tarefa é cumprida. Poderia ser uma estratégia ou mecanismo para a ampliação periódica da consciência científica de maneira muito mais análoga a um encontro profissional do que uma estrutura disciplinar. Poderia ainda ser similar a um grupo de interesse especial, permanentemente estabelecido para sinalizar a importância de algum aspecto que, de outro modo, seria ignorado. Todas estas possibilidades derivariam

não só de demandas de caráter cognitivo como também social, tal o financiamento à pesquisa.

O exercício da interdisciplinaridade conta, porém, com obstáculos à sua realização. Um obstáculo inicial refere-se à construção de conceitos que permitam estabelecer questões sobre a finalidade, a destinação e o porquê do projeto interdisciplinar. A superação deste obstáculo expressa-se no maior ou menor grau de permutas entre disciplinas científicas cujas linguagens encontram-se já bastante singularizadas. Uma outra categoria de obstáculos — de caráter epistemológico — revela-se em quatro aspectos:

- nas resistências dos especialistas à interação;
- na inércia das instituições de ensino e pesquisa que insistem na especialização;
- na pedagogia que acentua a repartição das disciplinas em fronteiras rígidas;
- no não questionamento das atuais relações entre as chamadas ciências humanas e as naturais.

Tais obstáculos levam à reflexão sobre as exigências que poderão viabilizar o projeto interdisciplinar. Japiassu (1976) destaca os seguintes aspectos:

- a necessidade de um alto nível de competência setorial nas

leis objetivas que regem o fenômeno humano;

- o domínio da teoria geral do conhecimento, da epistemologia e da metodologia;
- o reconhecimento, por cada especialista, do caráter parcial e relativo de sua própria disciplina;
- a necessidade de polarizar o trabalho interdisciplinar sobre pesquisas teóricas ou aplicadas, visando resolver determinados problemas sociais ou institucionais com apoio de várias disciplinas relacionadas com o tema;

Em 1841 estava proclamado o princípio da proveniência, ou seja, o princípio teórico que se constitui, até hoje, no paradigma da disciplina arquivística.

- a necessidade de superação, sem negação, das modalidades que não atingem uma integração propriamente dita das disciplinas, desde os conceitos até os métodos.

Ao romper com a fragmentação e pulverização disciplinar, o projeto interdisciplinar pode provocar uma redefinição dos objetos, dos métodos e da orientação teórica, segundo novos critérios. Em oposição ao esfacelamento do saber, a interdiscipli-

naridade pretende oferecer as condições para uma unidade das ciências. Trata-se, portanto, de uma tarefa voltada para o redescobrimto de uma dimensão sintética do saber.

A Arquivística

O surgimento dos primeiros conjuntos de documentos com características arquivísticas, ou seja, produzidos como parte integrante do exercício de atividades humanas organizadas remonta ao Oriente e à Antiguidade Clássica. No entanto, aqui serão considerados apenas os grandes marcos históricos da administração dos arquivos, e, por conseguinte, os desdobramentos teóricos e práticos de seu tratamento.

O primeiro destes marcos é a criação, em 1789, do Arquivo Nacional da França, primeiramente como arquivo da Assembléia Nacional e transformado, em 24 de junho de 1794 (7 Messidor II), no estabelecimento central dos arquivos do Estado, ao qual foram subordinados os depósitos existentes nas províncias. Para estes depósitos deveriam ser recolhidos os documentos produzidos pelos diferentes níveis da administração pública. Pela primeira vez, uma administração orgânica foi criada para cobrir toda a rede de repartições públicas geradoras de documentos e os antigos depósitos porventura existentes. Pela primeira vez, também, o Estado reconheceu

sua responsabilidade em relação ao cuidado devido ao patrimônio documental do passado, e aos documentos por ele produzidos. O terceiro aspecto marcante foi a proclamação e o reconhecimento do direito público de acesso aos arquivos: «[...] todo cidadão tem direito de pedir em cada depósito, [...] a exibição dos documentos ali contidos» (Decreto Messidor, artigo 37).

O estabelecimento de uma administração independente para os arquivos públicos, o reconhecimento pelo Estado de sua responsabilidade diante dos documentos que produz e a noção de direito público de acesso aos arquivos, constituem as principais correntes que orientam o desenvolvimento arquivístico no século XIX e na primeira metade do século XX. Em que pesem as identidades e especificidades políticas e culturais entre os países, o modelo de organização institucional inaugurado durante a Revolução Francesa para os arquivos públicos ainda permanece.

A instituição, na França, da *École Nationale des Chartes*, em 1821, representou outro importante marco na consolidação da Arquivística como ciência auxiliar da História, inaugurando e liderando — até nossos dias — a tradição da formação profissional de «arquivistas-paleógrafos». Nesta perspectiva, ao longo de muitos anos de estudos, são formados eruditos capazes de produzir, mais do que instrumentos de pesquisa, obras de referência indispen-

sáveis ao estudo da História do período a que se referem.

Durante as primeiras décadas do século XIX, os planos de classificação para os documentos reunidos nos grandes depósitos centralizados eram elaborados sem levar em conta a origem administrativa dos documentos. Assim, por exemplo, a classificação adotada no Arquivo Nacional de França considerava como um conjunto único a grande massa documental alí reunida. Os documentos eram divididos em cinco seções metódico-cronológicas:

- seção legislativa, para os documentos das assembleias revolucionárias;
- seção administrativa, para os papéis dos novos ministérios;
- seção dominial, para os títulos de propriedade de Estado;
- seção judiciária, para os papéis de tribunais;
- seção histórica, constituída de documentos arbitrariamente selecionados como de particular interesse histórico.

Tal forma de classificação era reflexo da ótica historiográfica predominante então: o documento era considerado por seu valor intrínseco, independentemente de seu contexto gerador. Em 1841, no entanto, o arquivista francês Natalis de Wailly, marca uma reviravolta na história do tratamento dos arquivos quando inspira uma circular administrativa na

qual se recomenda «[...] reunir os documentos por fundos, isto é, reunir todos os títulos provindos de uma corporação, instituição, família ou indivíduo, e dispor em determinada ordem os diferentes fundos [...] Documentos que apenas se refiram a uma instituição, corporação ou família não devem ser confundidos com o fundo dessa instituição, corporação ou família [...]». Assim, estava proclamado o princípio da proveniência, ou seja, o princípio teórico que se constitui, até hoje, no paradigma da disciplina arquivística.

Após a II Guerra Mundial, encontramos na concepção teórica e prática da gestão de documentos o outro marco histórico que redefine a administração das instituições arquivísticas, amplia essa área de conhecimento e estabelece novos perfis profissionais.

A gestão de documentos, tal como é definida pelo *Dicionário de Terminologia Arquivística* do Conselho Internacional de Arquivos, diz respeito a uma área da administração geral relacionada com a busca de economia e eficácia na produção, manutenção, uso e destinação final dos documentos. Originou-se na impossibilidade de se lidar, de acordo com os moldes tradicionais, com as massas cada vez maiores de documentos produzidos pelas administrações. Os volumes documentais crescem numa progressão geométrica e é necessário que se estabeleçam parâmetros para sua administração. Assim, a necessidade

de se racionalizar o crescimento e o tratamento das massas documentais produzidas pela administração pública não surge a partir das demandas das organizações arquivísticas, mas das soluções apontadas por comissões governamentais de reforma administrativa instaladas nos Estados Unidos e no Canadá no final da década de 40, nos primeiros momentos do pós-guerra.

Neste momento, rompe-se, particularmente no mundo anglo-saxônico, com a tradição dos arquivos-memória, dos documentos-monumentos, voltados para servir a historiografia positivista do século XIX. A segunda metade do século XX assiste a uma revolução arquivística na qual esta se aproxima definitivamente da Administração, procurando alcançar a economia e à eficácia, a partir da intervenção nas seguintes etapas: produção; utilização e conservação e destinação de documentos.

A reunião de esforços profissionais no sentido de racionalizar a produção, fluxo e acumulação dos documentos gera uma espécie de cisão típica da arquivística norteamericana e de alguns países anglo-saxônicos: arquivistas, profissionais ocupados dos arquivos permanentes e *records managers*, profissionais ocupados da gestão de documentos.

Esta cisão tem seu momento mais representativo com a criação, nos Estados Unidos, em meados dos

anos cinquenta, da «American Records Management and Administration», mais tarde «American Records Managers and Administrators», formada por profissionais oriundos da «Society of American Archivists».

Apesar da ruptura em nível das identidades profissionais, como no caso da América do Norte, a Arquivística contemporânea volta-se, a partir de então, para a gestão do ciclo vital de documentos, calcada na Teoria das Três Idades.

A segunda metade do século XX assiste a uma revolução arquivística na qual esta se aproxima definitivamente da Administração, procurando alcançar a economia e a eficácia, a partir da intervenção nas seguintes etapas: produção; utilização e conservação e destinação de documentos.

As características da chamada sociedade da informação têm propiciado o surgimento de novos elementos aos processos de produção, gerenciamento e utilização dos arquivos.

O início dos anos 90 tem demonstrado, sobretudo nos países do Primeiro Mundo, a emergência de uma transformação que envolve os três elementos sobre os quais fundamenta-se a Arquivística contemporânea: seu corpo teórico-conceitual, seu modelo de instituição arquivística pú-

blica, o perfil de sua comunidade profissional.

A consolidação dos conceitos de informação como recurso e de gestão da informação, a internacionalização do direito à informação, a produção de documentos arquivísticos em novos formatos e suportes têm contribuído, a partir dos anos 60, para a redefinição dos fundamentos básicos consolidados pela Arquivística a partir do século XIX. Alguns dos conceitos em discussão são: a proveniência; a unicidade dos documentos; a centralização dos documentos de valor permanente nas instituições arquivísticas; valor permanente, etc.

Assim, o objeto da Arquivística tem se deslocado da categoria arquivos para outras, como documentos arquivísticos, e, mais recentemente, informação arquivística. A ampliação do domínio de estudos dessa área vem apresentando novos desafios teóricos-metodológicos e a aproximação com outras áreas, particularmente com as tecnologias da informação. Como tal, a Arquivística vem buscando assegurar sua autonomia como área de conhecimento, ampliando-a e, gradualmente, experimentando relações fronteiriças com outras disciplinas.

Ciência da Informação

A Ciência da Informação tem suas origens nos Estados Unidos, após a II Guerra Mundial, em função do

desenvolvimento científico e tecnológico que balizam o capitalismo nesse momento. Na base da formatação dessa nova área do conhecimento está o reconhecimento da chamada «explosão da informação» cujas consequências deveriam ser solucionadas através da tecnologia. No âmbito deste processo emerge gradativamente a ideia da informação como um recurso estratégico a ser gerenciado. O chamado enfoque informacional emerge na sociedade industrial avançada em função da atribuição de novos valores à informação, relacionados à significação social do desenvolvimento do conhecimento científico-tecnológico e à inovação tecnológica. Sob tais condições, a informação é considerada como recurso ou insumo à produção de novos conhecimentos e produtos vinculados ao projeto de desenvolvimento econômico e social. Assim, de imediato, os esforços iniciais de controle da informação foram direcionados, particularmente à implementação de programas relativos à informação científica e tecnológica através da Recuperação da Informação. Conforme assinala Gonzalez de Gomez (1982), a Recuperação da Informação expressa os seus procedimentos formais nas tecnologias da informação, envolvendo aspectos inseridos em um espaço cognitivo pré-científico, a partir dos quais emergirá o conceito de Sistema de Recuperação da Informação. Este campo é posteriormente ampliado ao

abranger conhecimentos pertinentes ao contexto dos fenômenos informacionais ou seja «aspectos políticos, sociais e econômicos ligados aos processos de geração, transferência e utilização da informação, incluindo sua dimensão comunicacional e cognitiva». Este processo, detonado a partir dos anos 60, veio compor as bases do que convencionou-se chamar de Ciência da Informação.

Nos últimos trinta anos, a Ciência da Informação ultrapassou as fronteiras dos Estados Unidos, ganhando espaço acadêmico-institucional em outros países. Cabe assinalar, neste sentido, que a ampliação da Ciência da Informação a países do Terceiro Mundo como o Brasil coloca sua comunidade científica local face a padrões conceituais resultantes de condicionantes históricos de sociedades do Primeiro Mundo. Nestas sociedades, o contexto de organização e de desenvolvimento dessa nova área do conhecimento apresenta níveis mais que satisfatórios de desenvolvimento no que se refere ao seu controle documental, informacional e cognitivo. Nas sociedades de Terceiro Mundo, porém, tais elementos configuram-se em outra escala, inclusive em função de uma ordem internacional da informação, na qual as chamadas indústrias da informação são controladas principalmente pelos países centrais com enorme desigualdade entre norte e sul. Tomando-se como exemplo os bancos de dados existentes, os EUA detêm

60% destes contra 26% controlados pela Comunidade Econômica Europeia e 14% pelas instituições internacionais e o «resto do mundo» (Benakouche, 1988). Brookes (1980) explicita a ausência de uma estrutura teórica na Ciência da Informação, ainda caracterizada como uma atividade essencialmente prática, relacionada com tecnologias da informação. Para este autor, o território a ser abordado pela Ciência da Informação refere-se ao estudo objetivo do conhecimento que contem a informação como um dos seus elementos estruturais. Segundo Saracevic (1990), a Ciência da Informação «é um campo que envolve pesquisa científica e prática profissional», tendo como característica a interdisciplinaridade.

A maioria dos autores da Ciência da Informação reconhece a informação como objeto principal dessa área de conhecimento. Segundo Belkin (1978), porém, ainda não se estabeleceu um conceito de informação capaz de servir como sustentação para o conjunto das práticas da Ciência da Informação, bem como das suas demandas de construção de teorias.

Segundo Mickailov (1980), o recorte que define o objeto da Ciência da Informação ou Informática é bastante claro: «Visto que o termo anglo-americano ciência da informação pode levar alguém a interpretá-lo num sentido amplo, i.e., como uma ciência que trata de todos os tipos de informação, da informação

em geral, achamos necessário enfatizar que a palavra informação aqui significa apenas informação científica. [...] Informática é uma disciplina científica que estuda a estrutura e propriedades gerais da informação científica, bem como as regularidades de todos os processos de comunicação científica.»

O início dos anos 90 tem demonstrado, a emergência de uma transformação que envolve os três elementos sobre os quais fundamenta-se a Arquivística contemporânea: seu corpo teórico-conceitual; seu modelo de instituição arquivística pública; o perfil de sua comunidade profissional.

Segundo Zhang (1988), o domínio de estudos da Informática — numa interpretação segundo Mickailov — seria a comunicação da informação científica. A informação científica seria, nesta concepção, uma subcategoria da informação do conhecimento, cujas outras subcategorias de informação (não-científicas) seriam contempladas por disciplinas do mesmo nível que a Informática, ou seja: Educação, Biblioteconomia, Arquivística, Documentação, Museologia, Jornalismo e Comunicação Social. Todas estas disciplinas teriam em comum fundamentos teóricos e esforços práticos. Do ponto de vista teórico, as suas bases estariam nos

problemas de natureza, função, geração, transformação e avanço do conhecimento através das comunicações. Em termos práticos estas disciplinas partilham estudos de metodologias e meios de comunicação do conhecimento nos quais pesquisadores utilizam-se da Tecnologia da Informação visando modelar sistemas de informação para a comunicação do conhecimento. Os esforços práticos e fundamentos teóricos comuns resultariam numa meta-ciência, a informatologia ou seja, o estudo dos princípios fundamentais subjacentes à estrutura e uso da informação.

Machlup & Mansfield (1983) apontam para quatro usos fundamentais do termo Ciência da Informação na literatura. Em seu sentido mais amplo refere-se ao estudo sistemático da informação, e pode incluir a combinação de diversas disciplinas acadêmicas. Quando expressa-se em termos de Ciência da Informação e Computação denota o estudo de fenômenos de interesse para aqueles que lidam com computadores enquanto processadores da informação. O termo Biblioteconomia e Ciência da Informação indica a preocupação com a aplicação de novas tarefas e novas tecnologias junto às práticas tradicionais de biblioteconomia. Em seu sentido mais restrito, Ciência da Informação é utilizado para denominar uma nova área de estudos que é desenvolvida a partir da interseção das outras três áreas mencionadas,

interessada, sobretudo, em facilitar a comunicação da informação científica e tecnológica e a aplicação de métodos de pesquisa para o estudo de sistemas e serviços de informação.

Machlup & Mansfield (1983) perguntam-se até que ponto é possível uma Ciência da Informação em seu sentido mais estreito, no qual o problema da informação não estaria relacionado nem com a Ciência da Computação nem a Biblioteconomia, evitando, ainda, a vaguidão associada à Ciência da Informação em seu sentido mais amplo. Admitem que tal disciplina poderá se desenvolver, mas duvidam da sua existência atual.

Conforme Deschâtelet (GIRA 1990) a Ciência da Informação tem como objeto a transferência da informação de uma fonte a um usuário e não a informação em si mesma. Esta área do conhecimento estaria voltada, portanto, para o estudo da aquisição de conhecimentos, ou sejam, informações às quais se imprimiu uma significação. Reconhece Deschâtelet que a Ciência da Informação ainda não dispõe de um corpo teórico bem estabelecido nem definições, hipóteses e leis geralmente aceites. Esta ciência em gestação seria constituída por várias ciências da informação, como, por exemplo, a Arquivística, a Biblioteconomia, a Informática, o Jornalismo e a Comunicação, as quais têm como objeto de pesquisa imediatos a transferência da informação.

Sem apontar explicitamente para a existência de um projeto interdisciplinar envolvendo tais disciplinas, Deschâtelet reconhece, no entanto, o surgimento cada vez mais frequente da expressão *information studies* no lugar de *information science* para denominar este vasto território de conhecimentos.

Relações da Arquivística com a Ciência da Informação

A literatura clássica da Ciência da Informação, no que diz respeito à sua formação e premissas básicas, não inclui a informação arquivística no seu âmbito de estudos. Esta disciplina privilegia, frequentemente, o conceito de sistema de informação, o qual acha-se identificado, sobretudo, com a biblioteca e o centro de documentação. A associação teórico-prática entre sistema de informação e arquivos não emerge como objeto de análise por parte da Ciência da Informação.

Por outro lado, a literatura arquivística, em sua maioria, também não menciona a Ciência da Informação como área afim, nem reconhece a informação como um dos objetos fundamentais da Arquivística. As origens históricas desta disciplina e as funções sociais pelas quais tem se caracterizado tem propiciado nas questões relativas aos documentos arquivísticos e não nas informações contidas nestes.

Esta débil interação entre ambas as disciplinas pode ser compreendida pelo não reconhecimento de seus interesses comuns como também pelas suas diferenças:

a) quanto ao objeto:

A Arquivística tem considerado como seu único objeto os arquivos, os quais resultam da produção de um conjunto orgânico de documentos, que não podem, portanto, ser analisados isoladamente.

O objeto da Arquivística tem se deslocado da categoria arquivos para outras, como documentos arquivísticos, e, mais recentemente, informação arquivística.

Os contextos de produção dos arquivos não permitem um uso exclusivo da categoria informação como objeto, já que o seu registro material — o documento — é intrinsecamente informativo, do ponto de vista, por exemplo, de seu valor jurídico ou probatório. Isto não impossibilita, porém, que a informação seja estudada como objeto da Arquivística.

Na Ciência da Informação a tendência observada é no sentido de considerar a informação, *lato sensu*, como seu objeto. No entanto, este objeto parece não contar ainda com uma consolidação

teórico — conceitual, de maneira a constituir um paradigma. A transferência da informação é também reconhecida como objeto, sendo os sistemas de informação o *locus* deste processo. Isto talvez explique a abundante literatura sobre sistemas de informação na Ciência da Informação.

b) quanto ao tipo de informação que analisam:

Historicamente, a Ciência da Informação tem privilegiado a informação relativa ao conhecimento científico e tecnológico, enquanto que a Arquivística aborda toda informação contida nos registros materiais organicamente produzidos, resultantes das atividades humanas. A informação científica e tecnológica de natureza arquivística não tem sido, porém, frequentemente estudada pela Ciência da Informação.

c) quanto às categorias de usuários:

Os sistemas de informação, frequentemente objeto das análises da Ciência da Informação, e aqueles representados pelos arquivos tendem a apresentar categorias distintas de usuários.

No primeiro caso, constituem um universo determinado de produtores/usuários, em constante retro-alimentação. No caso da

Arquivística, os usuários representam um grupo determinado ou potencialmente indeterminado, em função do ciclo vital dos documentos (fases corrente, intermediária e permanente).

d) quanto aos métodos:

Os distintos objetos, tipos de informação e categorias de usuários tem propiciado o desenvolvimento de métodos diferenciados. As tecnologias da informação vêm, no entanto, minimizando tais diferenças, possibilitando uma maior harmonização no tratamento e disseminação da informação.

Este quadro parece começar a se modificar nos anos 90, com algumas iniciativas que vêm sendo desenvolvidas no âmbito de ambas as disciplinas.

No caso da Arquivística, um exemplo significativo tem sido a discussão sobre os mecanismos de integração do arquivista na chamada «era da informação», estimulada pelo XII Congresso Internacional de Arquivos, realizado em setembro de 1992 em Montreal, Canadá. Entre outras questões fundamentais que nortearam o temário do evento, abordou-se a capacidade dos arquivistas de assumirem suas funções na teoria, princípios e práticas de gestão da informação registrada. Os Arquivistas encontraram neste contexto

condições estimulantes para ampliar a interlocução com outros profissionais da informação.

O crescente reconhecimento da informação registrada orgânica como objeto da Arquivística tem influenciado o desenvolvimento da pesquisa na área, inclusive através de uma perspectiva interdisciplinar. É o caso do Groupe Interdisciplinaire sur la Recherche Archivistique — GIRA, formado por profissionais da informação de Quebec, Canadá.

Historicamente, a Ciência da Informação tem privilegiado a informação relativa ao conhecimento científico e tecnológico, enquanto que a Arquivística aborda toda informação contida nos registros materiais organicamente produzidos, resultantes das atividades humanas. A informação científica e tecnológica de natureza arquivística não tem sido, porém, frequentemente estudada pela Ciência da Informação.

Em termos da Ciência da Informação, as perspectivas de maior aproximação com a Arquivística refletem-se, por exemplo, na harmonização da formação profissional, conforme vem estimulando a UNESCO nos últimos anos. A harmonização reconhece áreas comuns de formação (noção de

informação, políticas de informação, análise de sistemas, administração, estudos de usuários, análise documentária, exploração de fontes de informação, conservação, tecnologia, métodos de pesquisa), embora preservadas as especificidades e identidades de cada disciplina e de sua comunidade profissional.

Conclusões

A fragmentação patológica do saber a partir do século XIX é produto de condições históricas associadas a todo um processo de ruptura com elementos unificadores que caracterizavam a ordem pré-capitalista. O novo quadro econômico-social que consolida-se a partir de então demanda uma complexa teia de relações sociais implicadas na construção de fazeres e saberes destinados a viabilizar projetos de Nação, Sociedade, Estado e Ciência. A especialização torna-se inevitável e, inclusive, estimulada. Um projeto interdisciplinar situa-se, portanto, como um mecanismo de minimização dos riscos daí decorrentes, sem, no entanto, configurar-se como clandestino na ordem científica vigente. Ao contrário, talvez seja, inclusive, um atalho histórico para a sobrevivência desta mesma ordem.

A literatura consultada sobre os fundamentos e objetos da Ciência da Informação evidenciam que o caráter

pré-paradigmático dessa ciência emergente reside, sobretudo, na ausência de uma área de conhecimento consolidada e corpo teórico suficientemente reconhecidos pela comunidade de cientistas da informação.

Em função dos recortes conceituais adotados, a Ciência da Informação poderá ser visualizada como uma disciplina que interage em graus diferenciados com outras áreas do conhecimento como uma interdisciplina, a partir da qual emergirá uma disciplina ou ainda como uma meta-ciência. Seja qual for a opção, parece inevitável o reconhecimento de que se trata de uma área do conhecimento cuja emergência e possível desenvolvimento futuro encontra-se acentuadamente associado à sua capacidade de interagir com outras áreas do conhecimento, sobretudo aquelas relacionadas à informação.

Esta constatação, porém, não nos permite concluir que tal interação venha se dando mediante uma perspectiva interdisciplinar, nos termos de Heckausen, apesar do frequente discurso da interdisciplinaridade na Ciência da Informação. A correspondência entre este discurso e as práticas de pesquisa específicas na Ciência da Informação nos pode suscitar investigações que ultrapassem o limite deste trabalho. Apesar da Arquivística e da Ciência da Informação partilharem do mesmo domínio de estudos — a informa-

ção — os níveis de interação que apresentam são bastante precários. Ainda que a informação seja contemplada por ambas as disciplinas a partir das suas diferentes propriedades e especificidades quanto à produção, uso e disseminação, o território disponível para o intercâmbio teórico e prático mostra-se extremamente vasto.

O quadro atual parece favorecer tal interação à medida em que a Ciência da Informação vem buscando a construção da sua identidade disciplinar e a Arquivística inicia um processo de revisão em torno dos seus objetos.

Alguns tópicos merecem ser desenvolvidos dentro do tema mais amplo das relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação: a interseção entre os objetos da Ciência da Informação e a Arquivística; os documentos arquivísticos produzidos pelas atividades científicas; a representação da informação arquivística: o texto, o contexto e a recuperação da informação; a informação e a tomada de decisões; os documentos múltiplos e a queda do *tabu* do documento original.

Ressalte-se ainda que tais conclusões não minimizam nossa perplexidade quanto à mútua exclusão entre a Ciência da Informação e a Arquivística. Da mesma forma, não garantem explicações para tal, o que seria objeto de outra investigação.

É possível que no quadro descrito o ideal do projeto interdisciplinar

O quadro atual parece favorecer tal interação à medida em que a Ciência da Informação vem buscando a construção da sua identidade disciplinar e a Arquivística inicia um processo de revisão em torno dos seus objetos.

ainda não seja viável, mas provavelmente já encontram-se mapeadas as condições para a interação entre a Arquivística e a Ciência da Informação em níveis pluridisciplinares, ou seja, disciplinas situadas no mesmo nível hierárquico e agrupadas de modo a fazer aparecer as relações existentes entre elas. Trata-se de uma demanda que começa a se tornar cada vez mais evidente no plano cognitivo e social.

Bibliografia

- BELKIN, N. J.
«Information concepts for information science», *Journal of Documentation*, 34 (1) March 1978.
- BENAKOUCHE, R.
A Informática e o Brasil. São Paulo, Polis/Vozes, 1988.
- FOSKETT, D. J. et al.
Ciência da Informação ou Informática? Rio de Janeiro, Calunga, 1980.
- GIRA.
La place de l'archivistique dans la gestion de l'informations: perspectives de recherche. Montreal, Ministère des Affaires Culturelles/Archives Nationales du Quebec, 1990.
- GONZALEZ DE GOMEZ, N.
A configuração temática da Ciência da Informação no currículo dos cursos do IBICT: estudo de caso. Rio de Janeiro, IBICT, 1982. Mimeografado.
- HARMONIZATION OF TRAINING IN LIBRARIANSHIP, INFORMATION SCIENCE AND ARCHIVES. Paris: UNESCO, 1987.
- HECKHAUSEN, H.
Discipline and Interdisciplinarity, in OCDE/CERI, L'Interdisciplinarité: problèmes d'enseignement et de recherche dans les universités. Paris, OCDE, 1972.
- JAPIASSÚ, Hilton.
Interdisciplinaridade e Patologia do Saber. Rio de Janeiro, Imago, 1976.
- JARDIM, José Maria.
«O conceito e a prática de gestão de documentos», *Acervo*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2 (2) Jul.-Dez. 1987.
- MACHLUP, F. & MANSFIELD, U. (ed.).
The study of information: interdisciplinary messages. NY, John Wiley, 1983.
- MANAGEMENT OF RECORD INFORMATION: converging disciplines; proceedings of ICA Symposium on Current Records. Munchen; London; New York; Paris, Saur, 1989.
- MCGARRY, K. J.
Da documentação à informação: um contexto em evolução. Lisboa, Editorial Presença, imp. 1984.
- MORIN, E.
O Método. 1. A natureza da natureza. Lisboa, Publicações Europa-América, 1987.
- PIAGET, J.
«The epistemology of interdisciplinary relationships», in OCDE/CERI, *L'Inter-*

disciplinarité: problèmes d'enseignement et de recherche dans les universités. Paris, OCDE, 1972.

POSNER, Ernst.

«Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa», *Administração de Arquivos e Documentação*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 13, 1964.

RODRIGUES, José H.

A situação do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959.

SARACEVIC, Tefko.

Information Science: origin, evolution and relations. Preprint. (1990)

WELLISCH, Hans.

«From Information Science to Informatics: a terminological investigation», *J. Librarianship*, 4 (3) July 1972.

ZHANG, Y.

«Definitions and Sciences of Information», *Information Processing & Management*, 24 (4) 1988.

At the XII International Congress on Archives, held in Montreal in September 1992, two documents were presented to the international community of archivists for acceptance. These were the *Statement of Principles regarding archival description* (the Madrid Principles), and the *draft General International Standard Archival Description*, ISAD(G). The presentation of these standards marks a significant moment in the development of the archival profession. Nothing like this has been attempted previously, and it is quite remarkable that sufficient agreement has been possible to allow the production of an international text, however tentative it may still be. A brief account of the movement that produced them may be useful to explain the processes which have been set in hand.

The International Council on Archives (ICA) set up its Ad Hoc Commission on Archival Description in 1990, under the chairmanship of Christopher Kitching. Funding was received from Unesco to pursue the first stages of its work, and it is hoped that further funds may be available to carry it on to a more final conclusion. The document which has now taken shape as the Madrid Principles was first drafted at a meeting in Hehr-Granzhausen (Germany) in 1991. It was then circulated through ICA channels for comment, and a number of responses were received by the Commission. ARCA was one of the organisations which sent in a reply, and Portugal is indeed represented on the Commission, by Ana Bragança. A revised version was agreed at a Madrid